

# PARP 2011-2014: CONTRADIÇÕES, TENSÕES E DILEMAS

Carlos Nuno Castel-Branco

## INTRODUÇÃO

O Plano de Acção de Combate à Pobreza (PARP) 2011-2014 afirma que o objectivo principal da política pública até às próximas eleições gerais, 2014, é reduzir os níveis de pobreza em 9 pontos percentuais, de 54% para 45%, por via da diversificação da base produtiva e do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, aumento da produtividade agrária e geração de emprego, com estabilidade macroeconómica (GdM 2011). O PARP identifica pobreza alimentar como a questão central a resolver em Moçambique e define uma estratégia de produção de alimentos assente no acesso a tecnologia, mercados, finanças, desenvolvimento do que o PARP considera ser “capital” humano e sustentabilidade ambiental (GdM 2011). Como pano de fundo desta estratégia está a estabilidade macroeconómica, definida como estabilidade do nível geral de preços e da moeda, e sustentabilidade fiscal. Estabilidade macroeconómica é definida como pré-condição para o alcance dos objectivos do PARP por causa da necessidade de protecção do poder de compra da moeda nacional (em especial o poder de compra dos pobres) e por causa da previsibilidade que oferece aos investidores que, é argumentado, funciona como incentivo ao investimento produtivo de longo prazo (GdM 2011; Castel-Branco & Ossemane 2012).

Apesar da nobreza destes objectivos (concordemos ou não com a concepção macroeconómica que a eles preside), há três perguntas centrais a colocar. Será que os objectivos centrais do PARP são alcançáveis com as estratégias definidas? Será que o PARP forma uma abordagem de médio prazo consistente em si, consistente com as dinâmicas de acumulação em Moçambique e consistente com os restantes documen-

tos de política? Qual é o papel do PARP no contexto da contestação e debate sobre opções e direcções de desenvolvimento em Moçambique e sobre o papel do Estado? As secções que se seguem abordam estas questões e redirigem o leitor para os restantes artigos desta secção económica, que tratam dos assuntos com mais profundidade e detalhe.

## OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

Para simultaneamente resolver a questão da diversificação da base produtiva, desenvolvimento de pequenas e médias empresas e promoção de emprego para reduzir a pobreza, o PARP tem de ser focado no desenvolvimento da indústria de alimentos básicos para o mercado doméstico e diversificação das exportações. São várias as razões que sustentam este argumento.

Primeira, a produção alimentar é fundamental para gerar emprego em grande escala. Além do emprego directo que a produção alimentar possa criar, a disponibilidade de alimentos básicos, variados e a baixo custo no mercado, é fundamental para gerar empregos competitivos (portanto, atractivos para os empregadores), mas com salários reais decentes (portanto, redutores da pobreza dos trabalhadores) (Wuyts 2011).

A experiência mostra que diferentes sectores da economia ajustam-se ao mercado de formas diferentes. Na agricultura, os preços ajustam-se à procura; quando a procura excede a oferta, os preços sobem. Na indústria, são as quantidades que se ajustam porque este sector responde às variações dos custos de produção; portanto, quando os custos de produção sobem, a produção e o emprego diminuem. Logo, se os preços dos produtos alimentares básicos subirem, a pressão sobre os salários reais (poder de compra dos trabalhadores) reflectir-se-á ou em instabilidade e conflito social ou em aumento dos salários nominais. Se o aumento dos salários nominais não for compensado pelo menos com o aumento equivalente da produtividade do trabalho, os salários perderão competitividade porque o rácio salário/produto aumentará, e as empresas perderão interesse em empregar trabalhadores (Wuyts 2011).

A produção e circulação de alimentos (básicos, diversificados, baratos e acessíveis) permitem simultaneamente manter salários reais (ajustados pela inflação de bens básicos de consumo e indicadores do poder de compra dos trabalhadores) decentes e crescentes ao mesmo tempo que o salário nominal se mantém atractivo (portanto, é gerado emprego).

Portanto, em Moçambique o papel central da agricultura no sistema de acumulação deve centrar-se na geração de excedente a baixo custo para promover industrialização, nomeadamente a produção de comida para criar a força de trabalho industrial competitiva e com níveis de vida decentes, e para alimentar o desenvolvimento de uma indústria alimentar diversificada e as ligações a ela associadas (Castel-Branco 2003; Castel-Branco 2012a).

Segunda, pela sua variedade e pela multiplicidade de actividades envolvidas, a produção alimentar é, provavelmente, a que desenvolve mais (e mais completas) ligações e não pode desenvolver-se sem estas ligações. Produção alimentar diversificada, barata e acessível para o mercado doméstico requer ligações entre a agricultura e indústria (frequentemente estabelecidas através de contratos de fornecimento/compra com preços relativamente estáveis e competitivos entre agricultores e industriais). Requer, igualmente, ligações entre a infraestrutura produtiva, de armazenagem e de transporte, sistemas intermodais de transporte, mecanismos de formação, aprendizagem, investigação, inovação e gestão e certificação de qualidade, indústrias de embalagens, sistemas financeiros que financiem todo o circuito produtivo, comercial e tecnológico, sistemas de informação sobre mercados e preços, formas de associação industrial que permitam criar escala nas actividades económicas críticas (organização das cadeias de fornecedores, compradores e transportadores, negociação de financiamento, formação, *branding*, investigação e inovação, etc.), facilitem práticas de subcontratação, especialização e divisão de trabalho com baixos custos de coordenação (Castel-Branco, Ali & Massingue 2010; Chang 1994; Woodhouse 2012; Jomo & Rock 1998; Lall 1999; Lall 1992). Portanto, produção alimentar é crítica na diversificação e articulação da economia e na substituição de importações.

Terceira, naturalmente a implementação de qualquer estratégia industrial requer a identificação de prioridades, para o que é necessário um método económico que responda a algumas perguntas básicas sobre os objectivos e destino da produção, isto é, os mercados. Por um lado, é preciso definir quais são os mercados concretos para os quais se pretende produzir (quem são os consumidores, quais são as dinâmicas dos consumidores, escala do mercado, especificações de qualidade, quantidades requeridas e preços, relação com inovação, etc.) e porquê. Não se aumenta produção e produtividade, não se escolhe tecnologia, não se definem prioridades produtivas sem boa informação sobre os mercados para os quais se pretende produzir uma certa quantidade e qualidade de um bem ou serviço a um certo preço.

Os mercados podem ser identificados e aproveitados a partir das dinâmicas já existentes – por exemplo, o mercado de soja no centro e norte de Moçambique as-

sociado à rápida expansão da demanda de ração para produção avícola (Woodhouse 2012). Ou podem ser criados por intervenção pública para responder a estratégias específicas mais amplas – por exemplo, a intervenção do Estado na Malásia (tributando exportações de óleo cru e ajudando a conquistar mercado internacional através de acordos comerciais com Países com grandes mercados de importação de óleo de palma refinado mas sem indústria de refinação) para desencorajar a exportação de óleo de palma cru e substituí-lo por óleo de palma refinado, a fim de promover o capitalismo industrial doméstico (Edwards 1990; Edwards 1996). Os mercados podem ser procurados com uma perspectiva de futuro, como trampolim para penetrar em outros mercados mais avançados – como foi o caso da intervenção industrial do Estado na Coreia do Sul para lançar a indústria informática, aproveitando um mercado em declínio e sem inovação e competição, como meio para ganhar reputação e conhecimento, estabelecer firmas, aprender as dinâmicas tecnológicas para saltar para novos mercados, mais inovadores e competitivos na indústria informática (Chang 1994). Ou podem ser criados para estabelecer ou reestabelecer uma indústria por meio da combinação de uma série de acções de política de curto ou médio prazo – penalização das importações, estabelecimento de barreiras para a entrada de novos produtores a fim de proteger economias de escala, organização de oligopólios (associações industriais) para criar escala e evitar competição nas compras e nas vendas – como foi o caso da indústria açucareira em Moçambique (GdM 1996; Castel-Branco 2002). Ou podem ainda ser identificados e explorados em torno de concentrações industriais ou turísticas, por exemplo, para atender à demanda concentrada de bens de consumo (em especial, mas não exclusivamente alimentares) de um certo tipo de qualidade e a um certo preço.

Qualquer uma destas opções é apenas uma variante da questão de fundo: para definir prioridades, é preciso começar por identificar ou criar os mercados em função de objectivos de médio e longo prazos. Estas variantes têm diferenças substanciais (umas aproveitam oportunidades, outras criam oportunidades), mas todas colocam a questão da viabilidade comercial da produção como ponto de partida. A metodologia consiste em começar pelos mercados concretos e ver as ligações para trás (a montante), como chegar a esses mercados; e as ligações para a frente (a jusante), em que outros mercados, oportunidades e ligações se podem desenvolver.

Por outro lado, é provável que em cada momento não seja possível aproveitar todas as oportunidades que surjam ou possam ser criadas. Como escolher prioridades entre as várias possibilidades? Vários factores de escolha podem ser considera-

dos, de entre os quais os seguintes são fundamentais: escala do mercado (quantidade num dado momento), continuidade do mercado (diversificação de fontes de procura e prolongamento da procura com escala ao longo do tempo), proximidade logística e tecnológica com o nível de desenvolvimento das forças produtivas num dado momento (quanto mais longe, mais difícil; quanto mais perto, menos progresso), objectivos sociais que se pretendem atingir com a produção (por exemplo, rápida acumulação de capital ou geração de emprego com salários decentes) e condições de rentabilidade efectiva oferecidas pelos mercados, que às vezes podem ser modificadas por política pública, outras vezes não (Castel-Branco & Mandlate 2012; Castel-Branco & Goldin 2003). Por exemplo, defensores das ligações a jusante dos projectos de minerais em Moçambique (transformação dos minerais) desenvolvem o seu argumento com base em três pressupostos: a transformação de minerais adiciona valor; valor adicionado é absorvido; e as rendas são maiores. De facto, é provável que o investimento na transformação consuma grande parte dos benefícios desse processamento sem criar sinergias para novas ligações a jusante e a montante; e é possível que os mercados de bens primários semi-processados não sejam necessariamente mais estáveis ou rentáveis (e enfrentem maior protecção industrial ou competição de indústrias de grandes escala e como poder oligopolista e/ou monopolista). Altos custos com limitados benefícios e rendimentos instáveis podem ou tornar estas ligações inviáveis, especialmente quando o mercado doméstico é insignificante, ou requerer o papel dominante do capital multinacional, em cujo caso o nível de absorção do valor adicionado na economia nacional tenderá a ser minimizado.

O PARP não reflecte sobre estas questões nem tem nenhum detalhe (nem tão pouco se guia, ou é guiado, pelas estratégias sectoriais, como se verá mais à frente). Para além de indicar sectores prioritários de forma muito vaga (agricultura, pecuária, pesca e ligações com grandes projectos), não reflecte nenhuma dinâmica real suficientemente específicas sobre os mercados para poder fazer uma diferença (Castel-Branco & Mandlate 2012; Woodhouse 2012; Muianga 2012). Há, no PARP, uma grande insistência no aumento da produção e da produtividade mas sem discussão dos objectivos sociais e comerciais e dos mercados dessa produção. Grande ênfase é posta em assuntos como “pouca terra arável explorada” (sem considerar que, nas condições tecnológicas de Moçambique, o limite para o uso de terra é a disponibilidade de força de trabalho e não a quantidade da terra); baixa intensidade média no uso de agroquímicos (negligenciando o facto de todos os produtores que produzem para mercados garantidos e com continuidade – tabaco, açúcar, algodão – usam agroquímicos, os outros não); dificuldade de

acesso a mercados (sem analisar os mercados existentes e as dinâmicas de formação de novos, que estão ocorrendo a todo o momento); e dificuldades de acesso a finanças (sem identificar o problema exacto – que finanças? Para que operações? Quanto falta e porquê? Em que condições? Onde e como mobilizar recursos financeiros adicionais? Para onde vão as finanças e porquê?) (Amarcy 2012; Muianga 2012; Woodhouse 2012). Sem tratar destas questões, o PARP não pode dar respostas às perguntas concretas que emergem dos objectivos e actividades que define.

## CONSISTÊNCIA DO PARP

É vital existir consistência no processo de formulação de política e planificação, de modo a que os vários objectivos e actividades se apoiem mutuamente, em vez de se confrontarem e contradizerem. Há dois níveis de consistência importantes, no caso do PARP: interno, que diz respeito a como o PARP está construído; e externo, que se refere ao modo como o PARP se relaciona com o conjunto de outros documentos de política pública.

No que diz respeito à consistência interna, o PARP enfrenta, entre outros, quatro grandes problemas. Primeiro, ignora as actuais dinâmicas produtivas e de acumulação de capital em Moçambique, bem como o seu impacto na apropriação e utilização de excedente e recursos, e absorção do excedente produzido. Assim, o PARP perde a oportunidade de tentar aproveitar essas dinâmicas especificamente para mobilizar recursos financeiros e desenvolver ligações específicas (Castel-Branco & Mandlate 2012).

Segundo, está organizado em pilares independentes uns dos outros. Fala de produção mas sem referências a empresas ou quaisquer outras formas sociais concretas (*clusters*, associações industriais, tipos de firmas, etc.) de organização de recursos, capacidades e produção (Muianga 2012; Woodhouse 2012). O emprego é concebido como um produto natural do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, mas sem nenhum reconhecimento sobre as condições em que esse emprego poderá, de facto, ser gerado, exceptuando a concepção de que, liberalizando as condições de trabalho, mais emprego será criado e, com o emprego, menos pobreza haverá. A possibilidade de a liberalização da contratação e do trabalho gerar emprego miserabilista não é sequer considerada (Ibraimo 2012). Também não há nenhuma discussão sobre as condições macroeconómicas (por exemplo, o equilíbrio entre consumo e acumula-

ção) que relacionam emprego e redução da pobreza e que estão associadas às estruturas e dinâmicas produtivas e de acumulação (Castel-Branco & Ossemane 2012). Pequenas e médias empresas são mencionadas, ao longo do texto, sem referência a produção e mercados. Finanças, formação e agroquímicos são tratados como insumos em falta no processo produtivo (para fazer o quê, para quê e para/com quem?) que, uma vez existindo, criam a sua própria procura.

Terceiro, a sua componente macroeconómica, orientada para o controlo da inflação em contexto de dependência profunda de importações e altos níveis de porosidade económica (Castel-Branco & Ossemane 2012; Castel-Branco 2012a; Banco de Moçambique 2000-2010 e 2000-2009), é mais capaz de funcionar como impeditivo à protecção do poder de compra das camadas mais pobres e como obstáculo à diversificação e articulação da produção doméstica, do que é capaz de apoiar o desenvolvimento dos objectivos definidos no PARP (Castel-Branco & Ossemane 2012; Castel-Branco 2012b).

Quarto, em contexto de dinâmicas extractivas em rápida multiplicação e com altos níveis de porosidade na economia, o mecanismo de gestão social de recursos naturais não renováveis proposto pelo PARP é a ITIEM, nos seus termos actuais, que é claramente identificado como inadequado (Ossemane 2012).

No que diz respeito à consistência externa, o PARP não guia nem é guiado por estratégias sectoriais. Cada estratégia sectorial tem vida própria. Um exemplo é a nova estratégia nacional de industrialização que o Ministério da Indústria e Comércio (MIC) apresentou numa sessão da Associação Industrial de Moçambique (AIMO) (Fernando 2010a). Esta estratégia é focada na intensificação das dinâmicas extractivas da economia, com ênfase no complexo mineral-energético e florestas, nas capacidades energéticas necessárias para este complexo, no transporte para exportação, no estabelecimento das indústrias básicas, e nas zonas económicas especiais para exportar. Não há nenhuma semelhança entre esta estratégia e os objectivos preconizados no PARP (Castel-Branco & Mandlate 2012).

## PARA QUE SERVE O PARP

As principais constatações desta análise são as seguintes. Primeira, os objectivos gerais do PARP são interessantes, mas o seu quadro operacional não permite escolher prioridades e implementar esses objectivos. Segunda, o PARP ignora as actuais dinâmicas

dominantes e estruturantes da economia, pelo que perde a oportunidade de as usar para a materialização dos seus objectivos. Isto acontece apesar da extensa análise feita à volta desta questão na última década. Terceira, o PARP enfrenta múltiplas inconsistências internas, entre objectivos e actividades, e relacionadas com o quadro macro-económico dado que é insensível ao padrão de crescimento (que o PARP proclama querer mudar). Quarta, o PARP não guia nem é guiado, e até está em contradição com outros documentos de estratégia e política económica.

Então, para que serve o PARP? Há cinco possíveis respostas a esta pergunta. Primeira, é argumentado que o PARP serve para mobilizar recursos externos. Embora em declínio, a ajuda externa continua a representar cerca de 40% da despesa pública. Para além disso, manter um relacionamento activo com doadores é importante do ponto de vista de credibilização do País para atrair investimento privado estrangeiro. Finalmente, a ajuda externa permite compensar pela porosidade da economia criada pelos incentivos fiscais redundantes, fuga ilícita de capitais e privatização das rendas de exploração dos recursos sociais do País (Castel-Branco 2012a).

Segunda, o PARP pode ser visto como parte do processo interno de negociação de opções de desenvolvimento, em face dos conflitos e tensões que a intensificação e expansão da economia extractiva como modo de acumulação criam. Enquanto as estratégias sectoriais e práticas políticas estão focadas na privatização dos recursos naturais, o PARP enfatiza a propriedade do Estado sobre a terra. O PARP fala da produção de comida para o mercado interno, do emprego e da pequena e média empresa nacionais, enquanto as estratégias sectoriais estão focadas na globalização do grande capital nacional, em associação com o capital multinacional, e na privatização e internacionalização das rendas dos recursos. O PARP fala dos “sete milhões” de meticais distribuídos para os distritos como fundo de desenvolvimento local, enquanto as estratégias sectoriais falam em grande investimento estrangeiro. O PARP menciona descentralização da governação pública, e as estratégias sectoriais enfatizam o papel dos grandes projectos de investimento privado multinacional na transformação local. Portanto, o PARP pode ser visto como um compromisso do grande capital nacional, reflectido na elite directiva da Frelimo, feito às bases para alargar a base social do poder e o proteger das suas fragilidades e voracidade.

Terceira, o PARP pode ser compreendido como uma forma de desviar o debate sobre política e planificação pública das estratégias sectoriais – onde estão as questões reais – para um documento que fala de pobreza (então atrai as atenções) mas não serve de muito mais do que retórica.



Quarta, o PARP pode ainda ser entendido como uma tentativa genuína de manter aceitável o nível de provisão de bens e serviços públicos, seja por preocupação genuína com a melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos em geral, seja por preocupação em manter a legitimidade do actual poder de Estado, necessária para continuar a desenvolver oligarquias financeiras nacionais rendeiças em associação com o grande capital estrangeiro.

Quinta, o PARP é uma instituição com doze anos de vida, e ninguém sabe o que fazer com ela; nem se acaba com ela, nem se faz algo útil e interessante. Enquanto não for prejudicial, pode ser útil e vai ficando.

Provavelmente o PARP serve todos estes objectivos, mais ou menos propositada e conscientemente. A questão de fundo é que, nos termos actuais, consome enormes recursos e não ajuda; pelo contrário, desvia o debate das questões centrais. O plano de investimento público de médio e longo prazo não é enquadrado pelo PARP, tal como não o é o cenário fiscal de médio prazo. As estratégias sectoriais são independentes umas das outras e do PARP. Então, para que serve manter este exercício fictício de planificação participativa, que pode ser participativo, mas não serve como planificação real do desenvolvimento económico e social?

## REFERÊNCIAS

- Amarcy, S., 2012. Opções de Financiamento do Investimento Público: Um olhar crítico ao PARP 2011-2014. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Banco de Moçambique, 2000-2009. Balança de Pagamentos. Maputo: Banco de Moçambique.
- Banco de Moçambique, 2000-2010. Relatório Anual. Maputo: Banco de Moçambique.
- Castel-Branco, C.N., 2002. *An Investigation Into the Political Economy of Industrial Policy: the Mozambican case*. Tese de Doutoramento. Londres: Departamento de Economia do SOAS (Univ. de Londres). Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=investigator&investigatorid=1](http://www.iese.ac.mz/?__target__=investigator&investigatorid=1).
- Castel-Branco, C.N., 2003. Indústria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento. *I Quaderni della Cooperazione Italiana 3/2003*. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI%202003c%20QUADER\\_.PDF](http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/AI%202003c%20QUADER_.PDF).

- Castel-Branco, C.N., 2012a. Fluxos Financeiros Ilícitos em África – recursos escondidos para o desenvolvimento: Reflexões sobre Moçambique. Maputo, 25 de Maio de 2012. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/FluxosIllicitosK\\_CNCB\\_25052012.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/FluxosIllicitosK_CNCB_25052012.pdf).
- Castel-Branco, C.N., 2012b. Pensando nos “Paradoxos” da Economia de Moçambique de uma Perspectiva de Economia Política: o istema extractivo e poroso de acumulação. Maputo, 28 de Fevereiro de 2012. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/EconMocParadoxos\\_Agenda2025\\_v2\\_revCNCB.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2012/EconMocParadoxos_Agenda2025_v2_revCNCB.pdf).
- Castel-Branco, C.N., Ali, R. & Massingue, N., 2010. Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, pp. 183–216. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE\\_Des2010\\_7.DesRural.pdf](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_7.DesRural.pdf).
- Castel-Branco, C.N. & Goldin, N., 2003. *Impact of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy*, Maputo.
- Castel-Branco, C.N. & Mandlate, O., 2012. Da Economia Extractiva à Diversificação da base Produtiva: o que Pode o PARP Aprender com a Análise do Modo de Acumulação em Moçambique? In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C.N. & Ossemane, 2012. Política monetaria e reducao da pobreza em Mocambique - discussao critica. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE, p. IESE.
- Chang, H.-J., 1994. *The Political Economy of Industrial Policy*, Palgrave Macmillan.
- Edwards, C., 1990. *Protection and Policy in Malaysian Manufacturing Sector.*, kuala Lumpur.
- Edwards, C., 1996. Asia and industrial policy in Malaysia: lessons for Africa? In Howard Stein, ed. *Asian Industrialization and Africa: Studies in Policy Alternatives to Structural Adjustment*. Palgrave Macmillan. Disponível em: <http://us.macmillan.com/asianindustrializationandafrica/HowardStein> [Acedido June 20, 2012].
- Fernando, A., 2010. Estratégia Nacional para Industrialização. Ministério da Indústria e Comércio.
- GdM, 1996. *Política, Estratégias e Programas para o Desenvolvimento do Sector Açucareiro.*, Maputo: Instituto Nacional do Açúcar (INA), Governo de Moçambique (GdM).
- GdM, 2011. *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*, Maputo: Governo de Moçambique. Disponível em: [www.mpd.gov.mz/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt](http://www.mpd.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=45&Itemid=50%E2%8C%A9=pt).

- Ibraimo, Y., 2012. Reflexões sobre Emprego e Redução da Pobreza no PARP – Desafios para uma Abordagem Alternativa. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Jomo, K.S. & Rock, M., 1998. *Economic diversification and primary commodity processing in the second-tier South East Asian newly industrializing countries.*, United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). Disponível em: [unctad.org/en/docs/dp\\_136.en.pdf](http://unctad.org/en/docs/dp_136.en.pdf) [Acedido June 20, 2012].
- Lall, S., 1992. Technological capabilities and industrialization. *World Development*, 20(2), pp.165–186.
- Lall, S., 1999. *Promoting Industrial Competitiveness in Developing Countries: Lessons from Asia*, Commonwealth Secretariat.
- Muianga, C., 2012. Desafios de Desenvolvimento da Base Produtiva: Um olhar a partir do PARP 2011-2014. In *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Ossemame, R., 2012. É a ITIEM Relevante para Melhorar a gestão dos Recursos Minerais? Análise Crítica da Experiência. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Woodhouse, P., 2012. Agricultura, Pobreza e a Receita do PARP. In L. de Brito *et al.*, eds. *Desafios para Moçambique 2012*. Maputo: IESE.
- Wuyts, M., 2011. Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique. *IDeLAS*, Boletim N° 35P. Disponível em: [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=publications\\_ideias](http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_ideias).